

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Atena
Editora
Ano 2021

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

*Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom
(Organizadoras)*

TERRA
INDÍGENA

CADÊ PINDORAMA?

ROUBARAM SEU CHÃO,

EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,

DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,

O AMARELO FOI EMBORA,

LEVADO EM NAVIOS,

DA MADEIRA BRASEADA

FICOU SÓ O BRASIL,

O VERMELHO É DE

SANGUE,

DO CORPO

QUE MANCHA

O MANGUE

2



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 2 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-502-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.027212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea de textos *Questões sociais e Educação: Diálogos Convergentes e Articulação Interdisciplinar*, reúne artigos que são resultados de pesquisas empíricas, revisão de literatura, relatos de experiências e ensaios teóricos. São trabalhos carregados de histórias, cultura, lutas hegemônicas, saberes populares, reflexos das vivências e experiências, e da práxis de homens e mulheres em ação frente às demandas da contemporaneidade. Cada texto, com sua originalidade e especificidade, representa as pessoas do Brasil de norte a sul, que compreendem que a Educação é uma ferramenta poderosa de emancipação para todos(as), em especial para mulheres em vulnerabilidade social, o registro dessas vozes femininas estão no (Cap. I).

Infelizmente muitas mulheres ainda são vítimas da colonialidade, da crueldade, da violência e do machismo. Por isso, compartilhe com as mulheres e as meninas de sua vida os conhecimentos disponíveis em: “É Necessário dar voz às vítimas de Femicídio” (Cap. I) e “Femicídio: uma trajetória de violência (Cap. II).

A luta das mulheres pelo direito à igualdade de condições com os homens é antiga, emergente e atual, veja “Percurso da feminilidade” no (Cap. III).

É sabido que as mulheres negras estão expostas à múltiplas violências, além de gênero: a violência de raça marcada pela discriminação, resultado do neocolonialismo brasileiro. Frente a isso, vale registrar a história da “Escarlatação de Mulheres Negras no Brasil” (Cap. IV) como símbolo de resistência.

Ainda sob este enfoque, para enriquecer esta obra, destacamos “O movimento negro brasileiro” (Cap. V).

Através do filme “JENNIFER” (Cap. VI) e suas narrativas, conheça “A construção da branquitude na sociedade da aprendizagem” e sua relação com o artigo sobre os “Estereótipos de Beleza Pura” no (Cap. VII).

Vivemos tempos difíceis, de destruição das florestas e das culturas antropológicas e sociais indígenas. O artigo sobre a etnografia de estudantes indígenas sob o olhar da pedagogia mostra que é preciso aprender a cultura para preservar, “A Etnografia e os aspectos da escolarização de alunos indígenas em escolas urbanas de Imperatriz” (Cap. VIII).

O (Cap. IX) destaca o ensino da educação de gênero no ensino básico, para a construção de uma sociedade combativa frente à violência de gênero e à discriminação de mulheres em Garanhuns, cidade do agreste pernambucano.

É possível Construir uma Sociedade Justa Baseada no Conhecimento? Veja o que diz a literatura “Sobre o desafio de construir uma sociedade justa baseada no conhecimento” (Cap. X).

Sobre essa e outras dúvidas, as contribuições sobre a Ética e os Direitos Humanos com algumas ideias de Paulo Freire (Cap. XI) contribuem para uma nova ressignificação

de pensamentos e atitudes.

As cotas na educação são um meio de equidade e justiça social através de políticas públicas, conforme os apontamentos sobre a “Avaliação de cotistas e não cotistas” no (Cap. XII).

O (Cap. XIII) “Educação em saúde no timor leste” aborda o ensino e aprendizagem através de novas metodologias ativas que buscam fomentar o protagonismo dos sujeitos para atuar na Educação em Saúde, a partir do uso da Metodologia da Problematização no Timor Leste.

Voltando ao Brasil, apresenta-se o estudo “A aventura de criação das mídias educativas da reflexão à prática dos princípios da economia solidária” (Cap. XIV).

No (Cap. XV) apresenta-se um estudo avaliativo sobre o papel do Poder Legislativo de Minas Gerais no cumprimento dos deveres quanto à aplicação das políticas públicas de educação.

Representações espaciais de Brasília na literatura (Cap. XVI) faz uma viagem interessante na cultura e espaço da capital brasileira, pontuando as desigualdades sociais.

E por fim, nada mais pertinente nos dias atuais do que conhecermos sobre o ambiente e a saúde do planeta, e as Influências Humanas na emissão de gases de efeito estufa (Cap. XVII), os autores acreditam que “os desafios ambientais vivenciados na atualidade ainda podem ser contornados” (p. 10).

Tomadas dessa mesma esperança, em tempos de cuidado e preservação da saúde e da natureza, em tempos de promoção da paz, da igualdade e justiça social no mundo, que se inicia em cada um de nós.

Desejamos uma agradável leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO


II. QUESTÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

É NECESSÁRIO DAR VOZ ÀS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO: OUTROS CASOS, OUTROS LUGARES

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122091>


CAPÍTULO 2..... 6

FEMINICÍDIO: UMA TRAJETÓRIA DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Eliane Viana

Rômulo Tiago da Silva


Shirlei Alexandra Fetter

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122092>

CAPÍTULO 3..... 15

PERCURSOS DA FEMINILIDADE: IDENTIDADES FEMININAS E PRÁTICAS PROFISSIONAIS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Raquel Lima Besnosik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122093>


CAPÍTULO 4..... 26

ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL E O ESQUECIMENTO DE SUAS TRAJETÓRIAS

Ana Paula Copetti Bohrer

Lediane Pereira Ramos

Virgínia Fernandes Franz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122094>

CAPÍTULO 5..... 38

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO COMO ATOR POLÍTICO-EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA A LEI Nº 10.639/2003

Fausto Ricardo Silva Sousa

Herli de Sousa Carvalho

Salvador Tavares de Moura


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122095>





CAPÍTULO 6..... 49



A CONSTRUÇÃO DA BRANQUITUDE NA SOCIEDADE DA APRENDIZAGEM: UMA LEITURA DA NARRATIVA FÍLMICA “JENNIFER”

Joice Mari Ferreira da Cruz

Maria Angélica Zubaran

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122096>

CAPÍTULO 7	59
“BELEZA PURA”: DESENROLANDO OS ESTEREÓTIPOS PARA UMA AUTENTICIDADE CRESPA	
Adelma Silva Costa Luiz Felipe Santos Perret Serpa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122097	
CAPÍTULO 8	69
A ETNOGRAFIA E OS ASPECTOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE ALUNOS INDÍGENAS EM ESCOLAS URBANAS DE IMPERATRIZ	
Adriano da Silva Borges Lucas Lucena Oliveira Witembergue Gomes Zapparoli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122098	
CAPÍTULO 9	83
ENSINO BÁSICO, ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE DEBATE E INFORMAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE ALTERNATIVAS CONTRA A VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES EM GARANHUNS	
Débora Almeida Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.0272122099	
CAPÍTULO 10	93
ESTUDO SOBRE O DESAFIO DE CONSTRUIR UMA SOCIEDADE JUSTA BASEADA NO CONHECIMENTO	
Alvani Bomfim de Sousa Junior Marcela Santos de Almeida Sidney Barreto Batista	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220910	
CAPÍTULO 11	102
ÉTICA E DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES COM ALGUMAS IDEIAS DE PAULO FREIRE	
Maria Sandra Montenegro Silva Leão Isabele Louise Monteiro de Farias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220911	
CAPÍTULO 12	112
AVALIAÇÃO DE COTISTAS E NÃO COTISTAS: UMA ANÁLISE DO DESEMPENHO ACADÊMICO E DA EVASÃO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	
Amália Borges Dario Rogério da Silva Nunes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220912	

CAPÍTULO 13	127
EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO TIMOR LESTE: UTILIZANDO A METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO PARA PENSAR A REALIDADE LOCAL	
Patricia Maria Forte Rauli	
Mario Antônio Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220913	
CAPÍTULO 14	135
A AVENTURA DE CRIAÇÃO DAS MÍDIAS EDUCATIVAS ‘DA REFLEXÃO À PRÁTICA DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA’	
Tatiana Losano de Abreu	
Alysson André Régis Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220914	
CAPÍTULO 15	154
DIREITO À EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS: UM PANORAMA ESTATÍSTICO E LEGISLATIVO	
André Dell’Isola Denardi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220915	
CAPÍTULO 16	162
REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DE BRASÍLIA NA LITERATURA	
Juliano Rosa Gonçalves	
Marília Luiza Peluso	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220916	
CAPÍTULO 17	182
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INFLUÊNCIAS HUMANAS NA EMISSÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA	
Terezinha Ribeiro Reis	
Cristina Maria Costa do Nascimento	
Raiane da Silva Rabelo	
Adriana Maria Pimentel do Nascimento	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.02721220917	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	191
ÍNDICE REMISSIVO	192

CAPÍTULO 5

O MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO COMO ATOR POLÍTICO-EDUCACIONAL: UM OLHAR PARA A LEI Nº 10.639/2003

Data de aceite: 02/09/2021

Fausto Ricardo Silva Sousa

Mestrando em Educação pelo Programa
Profissional de Pós-Graduação em
Formação Docente em Práticas Educativas
– PPGFOPRED da Universidade Federal do
Maranhão – UFMA.
Imperatriz – Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/8554441432063089>

Herli de Sousa Carvalho

Professora do Programa Profissional de Pós-
Graduação em Formação Docente em Práticas
Educativas – PPGFOPRED da Universidade
Federal do Maranhão – UFMA.
Imperatriz – Maranhão.
<http://lattes.cnpq.br/6427088386506670>

Salvador Tavares de Moura

Professor do curso de graduação em
Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia
da Universidade Federal do Maranhão –
UFMA.
Imperatriz – Maranhão
<http://lattes.cnpq.br/9390107740183277>

Artigo revisto e ampliado, publicado inicialmente nos Anais do I Colóquio do Núcleo de Estudos em Estado, Políticas Públicas Educacionais e Democracia - NEPED: Políticas Públicas e a Intensificação da Desestabilização da Educação. Link: <https://www.even3.com.br/anais/anaisneped/352194-o-movimento-negro-brasileiro-como-ator-politicoeducacional--um-olhar-para-a-lei-n?-106392003>

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discutir a relação entre a implementação da Lei nº 10.639/2003 e a trajetória do Movimento Negro Brasileiro, visualizando-o como agente político, social e educativo. Tendo por base a pesquisa bibliográfica, buscou-se responder: “Qual a relação entre a Lei nº 10.639/2003 e o percurso formativo do Movimento Negro?”. Diante do estudo, é possível compreender que o trabalho pedagógico para a promoção de boas relações étnico-raciais, aos moldes da Lei nº 10.639/2003, possibilita transformações de atitudes e de compreensão da realidade. Contudo, para que essas potencialidades sejam reais é preciso antes olhar para a trajetória do Movimento Negro e para toda a produção de conhecimentos oriundos das realidades sociais enfrentadas pelos povos negros.

PALAVRAS - CHAVE: Movimento Negro; Lei nº 10.639/2003; Relações Étnico-Raciais; Educação.

BRAZILIAN BLACK MOVEMENT AS A POLITICAL-EDUCATIONAL ACTOR: A LOOK AT LAW 10.639/2003

ABSTRACT: This paper discusses the relationship between the implementation of Law No. 10.639/2003 and the trajectory of the Brazilian Black Movement as a political, social and educational agent. Based on bibliographical research, we sought to answer: “What is the relationship between Law No. 10.639/2003 and the formation pathway of the Black Movement?”. In view of this study, it is possible to understand that the pedagogical work to promote good ethnic-racial relations, in accordance with Law

No. 10.639/2003, enables changes in attitudes and in the understanding of reality. However, for these potentialities to be real, first it is necessary to look at the Black Movement's trajectory and at all the knowledge production arising from the social realities faced by black people.

KEYWORDS: Black Movement; Law nº 10.639/2003; Ethnic-Racial Relations; Education.

1 | INTRODUÇÃO

Olhar a educação brasileira a partir de 2003, com a promulgação da Lei nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica e nos cursos de formação de professores, mostra-se como um movimento necessário para compreender os avanços obtidos e os indicadores de novas lutas para que tenha-se o desenvolvimento de boas relações étnico-culturais nos ambientes escolares e, extrapolando-os, na sociedade de maneira geral. Contudo, como apontam Pereira (2011), Domingues (2007), Nascimento (2006), é necessário olhar para trás, para o que houve social e politicamente na sociedade brasileira que embasou o surgimento de tal mecanismo legislativo e os posteriores complementares, de modo a não cair num esvaziamento conceitual. Ou seja, é necessário olhar para a trajetória do Movimento Negro Brasileiro.

Mas qual a relação entre a Lei nº 10.639/2003 e o percurso formativo do Movimento Negro? Esse é um ponto crucial de discussão e que suscita instabilidades com relação a forma como se compreende a composição político-social da sociedade brasileira. Tomando como referência as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, de 2004, é necessário questionar as verdades cristalizadas acerca da temática, colocando em discussão conceitos como *racismo*, *preconceito*, *discriminação*, *raça*, *democracia racial*, dentre outros; conceitos estes que estão hoje fazendo parte dos conteúdos escolares e das discussões formativas de professores e professoras graças ao Movimento Negro, que desde momentos iniciais, já traziam tais discussões.

Desta forma, quando estamos nos referindo a formação docente para a aplicação da Lei nº 10.639/2003 necessariamente, como apontam os autores que serão base do presente estudo, e muitos outros, precisamos ter conhecimento da atuação do Movimento Negro Brasileiro. Gomes (2017) argumenta que o Movimento Negro agrega uma dimensão fortemente educadora, isso por meio das experiências e atuações em lutas por emancipação e também através da manutenção dos conhecimentos ancestrais e da construção de novos conhecimentos pelos povos negros diante das realidades sociais, econômicas, políticas que estão colocados.

Desta maneira, o presente material traz reflexões em processo junto ao mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED, da Universidade Federal do Maranhã – UFMA, campus Imperatriz, mas também de resultados de estudos desenvolvidos para a produção do trabalho de conclusão de curso para a graduação em Licenciatura

em Ciências Humanas / Sociologia, da mesma universidade e campus, tendo por objetivo discutir a relação entre implementação da Lei nº 10.639/2003 e a trajetória do Movimento Negro Brasileiro, visualizando-o como agente político, social e educativo que ao mesmo tempo reivindica por educação.

2 | METODOLOGIA

Partindo da problemática “Qual a relação entre a Lei nº 10.639/2003 e o percurso formativo do Movimento Negro?” O presente trabalho buscou respostas a partir da pesquisa bibliográfica, a partir de livros e artigos de autores que trabalham a temática.

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), a finalidade da pesquisa bibliográfica é “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.” Sendo assim, utilizou-se como base teórica para o presente material os estudos de Gomes (2017), Pereira (2011), Domingues (2007), Nascimento (2006), Cruz (2005), Arroyo (2003), dentre outros.

3 | A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/2003 EM RELAÇÃO AO MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO

Iniciaremos nossas discussões pelo ano de 2001, especificamente com a *III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância*, isso porque esse evento foi de suma importância para a implementação da Lei nº 10.639/2003, sendo assim, de total relevância para as lutas do Movimento Negro. É necessário observar as conexões existentes entre o referido evento, o Movimento Social Negro, as estratégias políticas desenvolvidas e o culminar legislativo, sendo assim:

Concretamente, somente em 2001, após a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que começaram a surgir no Brasil, no âmbito das políticas públicas, as primeiras políticas concretas de ação afirmativa. Mais uma vez por pressão do Movimento Negro, que submeteu o Estado Brasileiro a um constrangimento no cenário internacional, denunciando o racismo, a falta de cumprimento de convenções internacionais e realizando uma manifestação no local da Conferência, em Durban, exigindo políticas de ação afirmativa e cotas para negros nas universidades. Das primeiras medidas implementadas, podemos citar a Política de Cotas para estudantes de escolas públicas e para negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Norte Fluminense (UNF), a primeira experiência de cotas para negros em universidades públicas no Brasil; as políticas de cotas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na gestão do então ministro Raul Jugman; e, o programa Diversidade na Universidade, do Ministério da Educação, na gestão do ministro Paulo Renato. Este último não tinha o apoio de boa parte da militância, pois era apresentada pelo então ministro da educação como “uma alternativa à política de cotas”, já que o então ministro da educação resistiu à

A conferência trouxe forte impacto para o cenário político brasileiro, tanto que em 2002, ano de eleição presidencial, praticamente todos os candidatos ao cargo inseriram o debate acerca do desenvolvimento e implementação de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial em suas propostas de governo, fornecendo notoriedade à temática não somente na esfera política, mas fazendo-a chegar a toda a sociedade. Luís Inácio Lula da Silva, candidato que saiu vitorioso nas eleições, e que tomou posse em 01 de janeiro de 2003, apresentou no documento *Brasil sem Racismo* as propostas de governo com relação às ações afirmativas voltadas à política de igualdade racial.

Em 2003, com a posse de Lula ao governo federal, o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, passou a ter representatividade junto ao setor político, ocupando cargos públicos, atuando na formulação de Leis, sendo porta-voz da sociedade civil nos ambientes governamentais e de controle social. De acordo com Brasil (2013), no dia 09 de janeiro de 2003, cumprindo com propostas contidas no documento *Brasil sem Racismo* e em resposta ao clamor social por políticas afirmativas, e tendo forte colaboração do Movimento Negro, o então presidente promulgou a Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 9.394/1996.

Trazendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, a Lei nº 10.639/2003 mostra-se nesse momento como uma das maiores conquistas do Movimento Negro brasileiro e, além disso, trouxe consigo novos horizontes, uma vez que posterior a ela, a sociedade, sobretudo no eixo educacional, passou a discuti-la com inúmeros posicionamentos, suscitando ao Movimento Negro uma nova frente de luta, a efetivação da Lei.

Há um aspecto nessa discussão que destoa e distorce as conquistas e potencialidades da lei nº 10.639/03: a sua “obrigatoriedade” enquanto um problema. Enfim, prioriza-se o atendimento ou não de um instrumento legal desconsiderando a história das lutas políticas dos movimentos negros, acadêmicos e intelectuais pela denúncia do racismo e da defesa da história do negro no Brasil e também o debate das últimas décadas sobre diversidade e pluralidade cultural dentro das ciências humanas e da educação. (CEREZER & RIBEIRO, 2015, p. 104).

De maneira geral, a referida Lei tem propósitos de quebrar a hegemonia cultural, ressignificar a história, romper amarras estruturantes do preconceito e da discriminação racial na sociedade brasileira, ou seja, ela tem propósito de valorizar a diversidade étnico-cultural anteriormente silenciada ao passo que problematiza a estrutura social brasileira. Tais propósitos são elementos fundamentais do Movimento Negro e sendo assim, fazem parte de sua trajetória formativa. Contudo, um ponto nos chama a atenção, a dimensão que os autores dão a possibilidade de esvaziamento em relação às lutas sociais que antecederam a Lei.

Para os autores, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira pode ser instrumento de mudança do foco, e isso não significa que os mesmos são contra a implementação da Lei, pelo contrário, mas que na prática a má compreensão da Lei como instrumento social e que surgiu da atuação militante do Movimento Social Negro pode fazer com que ela seja vista somente como uma obrigação curricular a ser posta em prática sem conexão com a realidade.

Desta maneira, tendo a partir de 2003 uma nova dimensão de luta para o Movimento Negro, que é a implementação da Lei nº 10.639/2003, e para não cair num esvaziamento político, social, teórico, educacional desse mecanismo, tirando dele a realidade das lutas por emancipação praticadas pelo Movimento Negro Brasileiro, é preciso ver neste um formador docente, como nos aponta Gomes (2017). É necessário vê-lo como referencial pedagógico para as novas realidades educativas e sociais que se apresentam na atualidade. Sendo assim, partiremos de duas perspectivas para trazer tal dimensão pedagógico-formativa: a importância que a luta por educação possui em todas as etapas do Movimento Negro; e a construção e ressignificação de saberes e práticas que fundamentam o próprio entendimento do Movimento.

3.1 Breve retrospectiva histórica do Movimento Negro com relação a educação

Especificamente a discussão acerca da educação como um bem a ser conquistado se tornou elemento de debate logo no início dos processos de articulação do Movimento Negro, e não se fala somente de discutir educação nos próprios grupos de maneira restrita e particular, mas entre os grupos, em congressos e encontros, centros de estudo, etc., fazendo com que o Movimento Negro se torne organizado e ganhe força na medida em que suas discussões e ações são articuladas e abrangentes. Desta forma, a educação, tida desde o início da trajetória do Movimento como forma, espaço e tempo de contribuição para a quebra de estigmas raciais, também se traduz enquanto meio articulador entre grupos, o que é muito importante para qualquer tipo de movimento social.

Para fazer uma organização, de maneira geral Pereira (2011) divide o Movimento Negro Brasileiro em três fases:

[...] primeira, do início do século até o Golpe do Estado Novo, em 1937; a segunda, do período que vai do processo de redemocratização, em meados dos anos 1940, até o Golpe militar de 1964; e a terceira, o movimento negro contemporâneo, que surge na década de 1970 e ganha impulso após o início do processo de Abertura política, em 1974. (PEREIRA, 2011, p. 31).

Na primeira fase do Movimento Negro, o grande objetivo era que a população negra fosse incluída na sociedade brasileira, isto é, que os negros e negras passassem a ser vistos como cidadãos e cidadãs, uma vez que estes não podiam transitar livremente nos espaços sociais e não podiam participar de todos os processos sociais, porém, ainda não há a busca por transformações na estrutura social. Além desse objetivo, tem-se como luta para essa primeira fase a proclamação por um nacionalismo, declarando assim a

importância de todas as etnias para a construção histórico-social brasileira, não havendo desta forma justificativa para sobreposição de umas em detrimento de outras.

Na segunda fase é possível observar algumas continuidades e novidades no Movimento Negro. Com relação a continuidade tem-se ainda a busca pela inclusão dos negros na sociedade brasileira, de forma valorativa, no sentido de permanecerem com suas identidades étnico-culturais. Essa continuidade mostra o quanto o processo é árduo e a longo prazo. Se tratando de novidades tem-se a busca no exterior, sobretudo em países africanos e nos Estados Unidos, de exemplos de atuação frente às lutas e pautas levantadas, nesse aspecto temos o teatro (as artes de maneira geral) como forma de agregar significado de resistência e militância. Essa característica se mostra como novidade pois na primeira fase o foco era o Brasil, a visualização da realidade brasileira em específico.

A terceira fase traz questões mais profundas, questionando a estrutura social brasileira. Em primeiro lugar, essa fase nega e problematiza o *Mito da Democracia Racial*; em segundo lugar tem-se um aprofundamento teórico de quem é o negro e do que se trata o Movimento Negro; e em terceiro lugar, inicia-se um processo de reavaliação do papel e protagonismo do negro na construção histórico-social brasileira, ou seja, inicia-se um processo de quebra das amarras estruturantes. Com relação ao *Mito da Democracia Racial*, cabe fazer uma breve explicação, argumentando que este entendimento esvazia todo o passado colonial brasileiro de escravidão e animalização dos africanos e seus descendentes, pregando que não existe discriminação racial ou classicista no Brasil, assim vivemos em um paraíso étnico em que todos são iguais e que as diferenças étnico-raciais são dissociadas das hierarquias sociais de classe engendradas por nossa história colonial.

Argumentadas algumas especificidades de cada momento do Movimento Negro, é necessário destacar que a educação continuou sendo peça chave nos debates e atuações, ou seja, perdurou do início aos dias atuais. Contudo, de maneira objetiva, a partir do início da terceira fase as escolas passaram a ser palco de luta, as discussões deixaram de ser desenvolvidas somente nas instâncias maiores, como a política, e passaram a também estar em contato direto com a população brasileira de maneira geral, e as escolas foram compreendidas como espaço de possibilidades de atuação, de transformação do imaginário acerca da história e cultura africana e afro-brasileira e de promulgação de identidades negras valorizadas e reconhecidas.

Apesar de todas as conquistas já destacadas e de muitas outras que não cabem aqui, ainda se viam impedimentos para a construção de uma sociedade igualitária, era necessário que houvesse ações afirmativas para firmar novos rumos, para conquistar novos horizontes, para se ter outras possibilidades de luta. Esse processo iniciou-se, segundo Nascimento (2006, p. 12) ainda na década de 1990.

Porém, foi em 1995 que aconteceu o evento marco dessa luta por ações afirmativas, que foi a *Marcha Zumbi dos Palmares – contra o racismo pela cidadania e a vida*, realizada em 20 de novembro de 1995. Essa Marcha foi um marco em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, o líder do maior e mais duradouro movimento social de libertação na história brasileira e símbolo da luta dos negros no Brasil contra o regime escravocrata, o Quilombo dos Palmares, que resistiu por um século, na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. Participaram desta marcha, que aconteceu no dia 20 de novembro, uma segunda-feira, 30 mil ativistas negros vindos de todos os cantos do país. Das 9h da manhã até por volta das 21h, o gramado em frente ao Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios, foi palco de atividades políticas e culturais organizadas pelo Movimento Negro.

De acordo com o autor, a *Marcha Zumbi dos Palmares* acontecida ainda em 1995, trouxe significativas implicações até ao próprio Movimento Negro Brasileiro. A partir dela, houve uma reestruturação dos propósitos almejados, mudando o foco de atuação da denúncia ao racismo e a discriminação para a proposição de políticas de igualdade social e racial. Porém, não compreendamos assim que o Movimento Negro deixou de fazer denúncias contra o racismo, mas que, além disso, passou a ter a igualdade racial legalmente afirmada como bandeira de atuação.

A partir desse instante, as articulações e lutas do Movimento Social Negro ganhou grande repercussão na sociedade brasileira, podendo expandir sua voz e fazer da sociedade, de maneira geral, seu palco de atuação. Domingues (2007) chega até a propor que, a partir do ano 2000, o Movimento Negro tenha entrado em uma nova fase, a quarta, em que se tem no hip-hop a grande expressão de luta por quebras de preconceitos e estereótipos ao levar a identidade periférica como face da arte, da cultura e das visões de mundo difundidas por meio dela.

Trazer a discussão da educação como bandeira do Movimento Negro Brasileiro é necessário para entendermos que esse direito social não é igualitário, não se mostra ao longo da história brasileira à população negra da mesma forma que se mostra às populações não negras. E não se pretende aqui vitimizar os negros colocando-os como os únicos que não foram assistidos pela educação, (não podemos ignorar a situação dos povos originários) mas que, por particularidades históricas, é necessário voltar os olhos para essa discussão.

Nesse sentido Cruz (2005) chama atenção de que os temas pertinentes as vivências, experiências e reivindicações das minorias étnicas e culturais, e especificamente dos referentes aos povos negros, não se encontram na história oficial brasileira, o que faz com que a educação se torna espaço de disputas e conquistas para os movimentos sociais. A luta por acesso à educação é estratégica em todo o percurso das ações do Movimento Negro, porém, muito mais que isso, os saberes e práticas produzidos por este mesmo Movimento precisam ser traduzidos como conhecimento a ser trabalhado pela educação, nas escolas e universidades, ou seja, precisa estar na formação docente para o desenvolvimento de

atitudes antirracistas e a ressignificação da história brasileira.

3.2 Elementos conceituais do Movimento Negro como formador docente

Longe de querer aqui delimitar conceitualmente o que é o Movimento Negro, pretendemos, trazendo a visão de alguns autores, destacar um ponto em comum e que vai ao encontro com o objetivo do estudo. Sendo assim, e de antemão, é necessário compreender que relacionando-se ao Movimento Negro brasileiro, não se possui uma unicidade conceitual, contudo, há sim apontamento pertinentes e relevantes para se entender a atuação deste na sociedade.

Partiremos da conceituação apresentada por Domingues (2007, p. 101).

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação.

Tem-se assim a abordagem de um Movimento Negro que possui consciência da situação social, político, econômica e educacional a qual a população negra é inserida e das problemáticas que a cercam e, questionando a realidade brasileira, articula-se para ir em busca de melhorias no campo político sobretudo. Sendo assim, o Movimento Negro é compreendido como o coletivo da população negra que tem entendimento de sua situação e reivindica melhorias.

Noutra vertente, num sentido mais amplo e militante, tem-se a conceituação de Santos (apud DOMINGUES, 1994), em que o Movimento Negro é concebido numa perspectiva historiográfica e compreendido como o conjunto de ações de mobilização política, de atuações antirracistas, de movimentos artísticos, literários e religiosos fundados e promovidos pela população negra brasileira, tendo como objetivo a libertação emancipatória dos negros e também o enfrentamento do racismo.

Embora os conceitos aqui apresentados se divirjam em alguns pontos, e isso se dá devido a multiplicidade de compreensões acerca do Movimento Negro, um ponto convergente é crucial para nossa argumentação, a sua atuação política e consequentemente formativa. Para o presente trabalho nos interessa fazer uma conceituação que aponte para as convergências do que é o Movimento Negro, desse modo, e concordando com Gomes (2017, p. 23):

[...] compreender a potência desse movimento social e destacar as dimensões mais reveladoras de seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações.

Desta forma, muito mais do que se prender a conceituações, é necessário observar as possibilidades atitudinais e formativas que o trabalho social do Movimento Negro trouxe para a sociedade brasileira, vendo-o como espaço de discussões, de construção de posicionamentos, de alargamentos de compreensões da realidade, de difusão de conhecimentos e articulação de dimensões da sociedade e indo ao encontro do que concerne a ele, e também que se pode observar nos demais movimentos sociais, que é o fator educacional.

Ao passo que o Movimento Negro problematiza a realidade das populações negras e questiona conceitos como raça, identidade étnica, racismo, preconceito, discriminação, democracia racial, ele constrói e reconstrói saberes e experiências; ao passo que ele se insere na dimensão política através de ações reivindicativas de melhorias sociais, ele fornece a todos práticas educativas reais, embasadas também na realidade.

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação. Nos relembram quão determinantes são, no constituir-nos seres humanos, as condições de sobrevivência. A luta pela vida educa por ser o direito mais radical da condição humana. (ARROYO, 2003, p. 32)

Embora Arroyo (2003) não traga um conceito específico acerca do Movimento Negro, podemos fazer referência a ele. Se o autor se refere a base educacional dos movimentos sociais como sendo a busca por humanização nas condições de vida e a luta pela sobrevivência, para o Movimento Negro especificamente isso se traduz em oportunidades aos negros e negras de se manterem dignamente na sociedade brasileira, sendo respeitados e respeitadas em suas particularidades étnico-culturais e ao mesmo tempo, que sejam desenvolvidos mecanismos de superação das desigualdades históricas que se apresentaram cruelmente à população afrodescendente. Ou seja, o Movimento Negro é um conjunto educativo da sociedade e que, sendo assim, é a base formativa para se compreender quem são os negros e negras, onde estão geograficamente e na estrutura de classes sociais, como estão inseridos na sociedade e a que estão sujeitos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do todo o que foi aqui exposto, reafirmamos a importância social que o trabalho pedagógico com relação a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, nos moldes trazidos pela Lei nº 10.639/2003, pelas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* e demais instrumentos normativos relevantes à temática, só tem a agregar conhecimentos valiosos aos alunos e à sociedade de maneira geral, possibilitando acima de tudo transformações de atitudes, de modos de compreender a realidade atual da sociedade

brasileira.

Contudo, para que essas potencialidades que o trabalho pedagógico com relação ao Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira sejam reais, é preciso ampliar e articular o olhar sobre a Lei, bem como para a trajetória do Movimento Social Negro. É ele quem traz consigo a significância das lutas sociais e produz e reproduz saberes e práticas dos povos negros, vendo assim a construção coletiva de conhecimentos necessários para o desenvolvimento de uma *Educação Antirracista* ao passo que reconhece no perfil do próprio Movimento uma identidade étnica que coloca em questionamento muitos conceitos invisibilizados pela história brasileira e que alimentam a compreensão de harmonia étnica, da permanência do racismo e da indiferença à discriminação racial que é pregada pelo Mito da Democracia Racial.

Além disso, olhando a educação como um elemento que sempre esteve presente nas reivindicações do Movimento Negro, uma vez que a história da educação brasileira mostra o quanto que as populações negras, as minorias étnicas em geral, não estavam inseridas no contexto escolar, entende-se que o olhar do Movimento é de reconhecimento da importância social que a educação possui, sendo compreendida como local e espaço de conquistas e de militância.

Discutir a produção de conhecimentos a partir das realidades sociais enfrentadas pelos povos negros e a importância que a educação e a escola possuem para o Movimento Social Negro é dar vazão a dimensão política, uma vez que essas questões se traduzem em ações, em atitudes coletivas, mas também é dar destaque à dimensão formativa docente. É no próprio seio do Movimento Negro que a Lei nº 10.639/2003 ganha sentido, ganha vida, deixa de ser somente uma obrigatoriedade e passa a ser possibilidades reais de mudanças na educação, isso porque somente compreendendo a luta por emancipação que o Movimento Negro traz para a história (não somente educacional) brasileira que podemos entender a importância social da Lei. Sendo assim, o Movimento Negro traduz-se como formador docente, ao passo que se mostra como base essencial para que o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira seja praticado, suscitando desta forma novas práticas pedagógicas para o desenvolvimento de boas relações étnico-raciais.

Por fim, queremos afirmar que o propósito de argumentar que as legislações que tratam do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, a exemplo da Lei nº 10.639/2003 e das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, de 2004, envolvem e fazem parte dos aspectos formativos do Movimento Negro, e dessa maneira, há o reconhecimento de sua importância. Contudo, frente a aplicabilidade da norma, mostra-se necessário que essa discussão ainda seja feita, seja levada para a sociedade em forma de estudos científicos, ampliando os espaços de debates e disputas. A esfera jurídica e seu extravasamento induzem ao debate de políticas públicas, nas práticas de professores, na ampliação das reflexões sobre a temática racial, mas necessitamos do olhar histórico-

social e político-pedagógico de atuação do Movimento Negro para compreendermos a necessidade da Educação Antirracista. E se tratando do presente trabalho como início de um processo de estudos e pesquisas, ainda se tem muito a aprender com a trajetória do Movimento Negro e à luz de estudiosos da temática.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos movimentos sociais? In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28 – 49, jan/jun 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639/2003**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, 2013.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. RIBEIRO, Renilson Rosa. A formação de professores na fronteira: currículo e diversidade étnico-racial nos cursos de licenciatura em história (Mato Grosso, Brasil). In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. COELHO, Wilma de Nazaré Baía. FERREIRA, Paulo Antônio Barbosa (org.). **Relações étnico-raciais, formação de professores e currículo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015, p. 101-138.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília: MEC/Secad, 2005, p. 21-33.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARCONI, Mariana de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Ações Afirmativas: da luta do Movimentos Social Negro às políticas concretas**. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

PEREIRA, Amílcar Araújo. A Lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. In: **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2º sem. 2011.

OLIVEIRA, A.de S., SILVA da M. A. e AIRES, J. L. de Q. (orgs.). **Nas confluências do Axé: Refletindo os desafios e possibilidades de uma educação para as relações étnico-raciais**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 36, 60, 62, 63, 68, 75, 102

Alternativas 12, 19, 83, 84, 87, 90, 153, 186

Alunos Indígenas 12, 69

Aprendizagem 9, 10, 11, 49, 50, 55, 58, 76, 85, 87, 88, 94, 127, 128, 130, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 150, 190

Aquecimento global 182, 186, 190

Avaliação 10, 12, 73, 112, 113, 114, 118, 123, 124, 125, 126, 135, 156, 160, 191

B

Branquitude 9, 11, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58

C

Conhecimento 9, 12, 6, 10, 21, 23, 35, 39, 44, 71, 73, 74, 78, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 116, 125, 133, 138, 141, 158

Contos 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177

D

Democracia 38, 39, 43, 46, 47, 52, 83, 88, 140, 142, 147, 148, 156

Desafio 9, 12, 80, 83, 85, 93, 94, 99, 131, 137, 155, 173

Desempenho acadêmico 12, 112, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126

Discriminação 9, 12, 11, 20, 27, 29, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 68, 73, 83, 87, 88, 107, 142

E

Educação 2, 9, 10, 11, 13, 1, 2, 6, 13, 15, 16, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 142, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 175, 182, 183, 186, 187, 190, 191

Educação Diferenciada 69, 76

Educação em Saúde 10, 13, 127, 128, 129, 130, 132, 133

Escolarização 9, 11, 12, 22, 26, 27, 28, 30, 34, 35, 69, 71, 76, 79, 80

Espaço 10, 12, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 29, 34, 42, 43, 44, 46, 47, 61, 62, 72, 74, 77, 79, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 96, 102, 105, 115, 127, 128, 138, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 186, 188, 189

Estereótipo 54, 59, 66

Ética 9, 12, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 127, 129, 130, 137, 187

Etnografia Escolar 69, 70

Evasão 12, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 154, 155

F

Feminicídio 9, 11, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13

Feminilidade 9, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24

G

Gênero 9, 2, 5, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 36, 51, 58, 83, 84, 86, 87, 90, 104, 109, 118, 119, 122, 167

H

História 9, 5, 6, 14, 16, 17, 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 65, 68, 72, 73, 75, 76, 80, 85, 87, 88, 89, 91, 97, 98, 102, 106, 127, 131, 164, 173, 175

L

Lei nº 10.639/2003 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48

Linguagem 59, 60, 61, 66, 67, 68, 71, 75, 76, 78, 129

Literatura Brasileira 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 177

M

Magistério feminino 15, 20, 21, 25

Memórias 26, 35, 36, 66

Metodologias Ativas 10, 127, 128, 133, 134

Mídias Educativas 10, 13, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 151

Movimento Negro 9, 11, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

Mulheres 9, 11, 12, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 52, 75, 83, 84, 86, 87, 91, 102, 103, 122, 150

Mulheres Negras 9, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36

N

Negro 9, 11, 18, 27, 30, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 54, 59, 64, 66, 67, 68, 118, 119, 120, 121, 122

O

O Outro 16, 51, 60, 62, 64, 68, 71, 102, 103, 105, 106, 107, 109, 110, 147

P

Pandemia COVID-19 182

Poder Legislativo 10, 154, 156, 159, 160, 161

Política de Cotas 40, 112, 113, 114, 123, 124, 125, 126

Políticas Públicas 10, 13, 38, 40, 47, 76, 78, 79, 84, 96, 100, 105, 112, 114, 125, 130, 154, 156, 157, 159, 160, 190

Princípios da Economia Solidária 10, 13, 135, 137, 140, 141, 143, 144, 145, 151

Problematização 10, 13, 93, 109, 127, 128, 129, 130, 132

Propaganda 59, 68

Psicanálise 15, 17, 18, 24, 25

R

Relações Dialógicas 102

Relações Étnico-Raciais 38, 39, 46, 47, 48

Representação 49, 50, 57, 58, 63, 66, 89, 129, 162, 163, 165, 178

Representação Espacial 162, 163

Representações 10, 13, 15, 17, 21, 22, 23, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 66, 73, 76, 89, 92, 162, 163, 164, 167, 171, 177, 186, 190

S

São Miguel do Oeste/SC 1, 2

Sociedade 9, 11, 12, 6, 7, 8, 13, 18, 23, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 109, 151, 152, 153, 156, 157, 180, 183

T

Timor-Leste 127, 128, 129, 130, 132


V

Violência 9, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 27, 37, 65, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 107, 110, 157

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE





2



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

TERRA
INDÍGENA
CADÊ PINDORAMA?
ROUBARAM SEU CHÃO,
EXPULSARAM OS PARENTES, FALTA O PÃO,
RASGARAM A TERRA, QUEIMARAM A MATA,
DO INVASOR A LEI DA CHIBATA,
O AMARELO FOI EMBORA,
LEVADO EM NAVIOS,
DA MADEIRA BRASEADA
FICOU SÓ O BRASIL,
O VERMELHO É DE
SANGUE,
DO CORPO
QUE MANCHA
O MANGUE

2

